

No estudo com as benzedeadas o autor pôde perceber que, para a cura, não basta uma explicação qualquer para o conflito. É necessário, sim, uma totalidade coerente e não apenas um conhecimento intelectual. É necessário um sentido que venha ao encontro do universo simbólico do doente. Não se trata de achar a causa do problema, mas articulá-lo dentro do sistema. Desta forma o doente integra essa sua narrativa num mito. Isto resultaria na superação do sofrimento. É o mito que permite produzir palavras, permitindo mais que uma ressignificação de seu problema, permite uma cura. O que fazem exatamente as benzedeadas? Pelo lugar privilegiado que ocupam, o lugar do sujeito do suposto poder, ficam autorizadas a articular os fatos do cotidiano ao universo mítico, do qual são detentoras. Tanto benzedeadas quanto psicanalistas fazem isso: fazer o enlace entre o mito e a situação ininterpretável do cliente.

Em ambas as abordagens, psicanalítica e xamanística, há inoculação de um mito. A inversão, também aí, está em que na psicanálise o mito é individual. A história do doente é encaixada no mito de Édipo, mais individual. Enquanto isso, a benzedeadas inclui a história do cliente em um mito social, o seu mito. Teoricamente o psicanalista teria uma posição de neutralidade frente ao cliente, o que para Quintana não é consenso. Este último lembra um fantasma para Freud que é justamente a ausência de uma neutralidade total do psicanalista diante do cliente. Freud citaria o poder da sugestão que seria utilizado pelo psicanalista para tornar visível o que está inconsciente.

Por fim, Quintana questiona a postura da psicanálise em tentar se perpetuar e demonstra que a psicanálise tenta provar que ela produz benefícios que terapêuticas populares não conseguem alcançar. Na verdade, ambas as terapêuticas colocam-se diante do cliente como sujeitos do suposto saber. Porém caberia à terapêutica oficial não assumir o papel de dogma, de detentora de uma verdade única nem fazer de mestres os donos da verdade. O importante é uma terapêutica que dê o sentido que o cliente necessite para sua vida e para a ordem de seu mundo.

Ezequiel R. Schacht

**Recensão do livro *Theology of the Old Testament : Testimony, Dispute, Advocacy*, de Walter Brueggemann.**

**(Minneapolis : Fortress, 1997. 777 p.)**

Este volume de peso, escrito com a retórica engajada e muitas vezes compelidora de Walter Brueggemann, constitui um marco no campo. Menciono apenas três características salientes: o autor está plenamente consciente das mudanças ocorridas nas condições mundiais e do envolvimento contextual dos/das intérpretes atuais nesse cenário pluralista, pós-moderno. Teologias hegemônicas da Bíblia, especialmente do tipo ocidental, branco e machista não são mais viáveis nem toleráveis. E: o mundo centrado em Javé é inteiramente antagonico ao "consumismo militar" de nossa própria era (cf. p. 718-720; 741). Essas percepções revolucionárias levam, em segundo lugar, a uma ampla perspectiva ecumênica

que inclui não só pais espirituais europeus, mas também, p. ex., exegetas judaicos e teólogos latino-americanos (entretanto, por várias razões a África e a Ásia não estão representadas). E, em terceiro lugar, Walter Brueggemann — e, pelo que sei, isto acontece pela primeira vez na avaliação teológica do Antigo Testamento — reconhece francamente (a partir de nosso ponto de observação limitado) a profunda contradição (“estranheza”) da mensagem vétero-testamentária que se deve à inescrutabilidade de Deus. Javé é ao mesmo tempo soberano, justo e misericordiosamente comprometido com seu povo — atributos que não podem ser harmonizados numa afirmação doutrinária sem arestas. Por conseguinte, o Antigo Testamento dá testemunho de uma série de problemas teológicos insolúveis (“teodicéia”, p. ex.), retratando os crentes e, em última análise, Deus mesmo como cindidos em sua busca infinda pelo mistério do ser.

Em concordância com essa fibra básica de uma teologia do Antigo Testamento verdadeiramente contemporânea, Brueggemann organiza o vasto material em cinco partes principais e 29 capítulos, observando esboços clássicos, mas dando-lhes um perfil novo e empolgante. As partes 1 e 2 são fundamentais para toda a obra: “O testemunho central de Israel” — assumindo a herança de Gerhard von Rad e também de Walter Eichrodt — descreve a tradição avassaladoramente doxológica de Javé que sustenta Israel na história. Em seu extenso panorama do trabalho teológico passado sobre o Antigo Testamento, o autor já havia tomado posição contra a mera pesquisa histórica, colocando-se do lado de James Muilenburg e sua “crítica retórica”. Agora, nos caps. 3 a 7 da Parte 1, ele aplica seu método predileto, demonstrando como Israel primeiro celebrou as ações salvíficas de Javé em sentenças verbais, passando depois a atribuições adjetivais de grandeza e misericórdia (cf. Êx 34.6-7), tentando por fim sintetizar as qualidades de Deus em expressões nominais (metáforas de governo e sustentação). Esse ato lingüístico, acha Brueggemann, causa perplexidades teológicas. (Por quê? Substantivos estão mais propensos a qualidades ontológicas, abstratas?) O poder e a solidariedade não podem ser reconciliados com facilidade, nem soberania e compromisso, patriarcado e igualdade. “A substância do testemunho de Israel a respeito de Javé, proponho eu, apresenta um Personagem que tem disjunções profundas no cerne da vida do Sujeito.” Este é, então, o tópico da Parte 2, “O contratestemunho de Israel” — um tópico extremamente importante para a teologia de Brueggemann. À semelhança de uma testemunha num tribunal, Israel documentou dúvidas, buscas de correções, queixas e acusações em relação a Javé, estendendo-se de narrativas e salmos aos livros de Jó e Eclesiastes. A abscondidade, arbitrariedade e negatividade de Javé preocupam extremamente a Israel, e com razão.

Dando continuidade às metáforas de julgamento e testemunho, o autor volta-se, a seguir, para o “Testemunho não-solicitado de Israel”, referindo-se metaforicamente ao excedente de informações (falando em termos jurídicos) que cada julgamento produzirá. Surpreendentemente, a relacionalidade de Javé para com o mundo está em jogo. Israel é, por assim dizer, o parceiro predileto ou até mesmo exclusivo de Javé, mas há uma abertura fundamental no testemunho de Israel (contestada por teólogos judaicos como John D. Levenson). Todos os seres humanos são parceiros de Deus; além do mais, o mesmo aplica-se aos povos pagãos e ao universo criado. O objetivo de Brueggemann é manter a universalidade da parceria junto com a prerrogativa de Israel. Será este um caso sutil de “suplantacionismo” cristão, tão freqüentemente afirmado em sua obra? A Parte 4 subseqüente deixa para trás a imagem do tribunal e lida com o “Testemunho corporificado de Israel”, ou seja, com as mediações institucionais da palavra e presença de Javé. O termo

“mediação” sugere transações a partir de um mundo transcendental, mas também é um conceito antropológico importante (veja R. R. Wilson, *Prophecy and Society*). Torá, rei, profeta, culto e sábio são examinados com suas formas e conteúdos específicos de transferência teológica. Crucial aqui é a ênfase dada à organização sócio-histórica e a perversões e aberrações típicas de cada espécie de mediação. Também aqui Brueggemann se destaca como um teólogo de olhos abertos e críticos voltados para a realidade atual. A Parte 5, por fim, resume, retoma questões da introdução e encara de frente o rosto de nosso próprio mundo pluralista, abrindo, assim, oportunidades para um novo discurso teológico de nossa parte. No todo, este é um enfoque formidável, empolgante, novo e imensamente rico para uma teologia do Antigo Testamento, que — admitindo limitações contextuais — pondera os textos numa perspectiva ecumênica, dimensões judaicas e cristãs e perspectivas do mundo presente.

Naturalmente, a obra de Brueggemann também provoca perguntas. Como o testemunho contextual de Israel (“fala característica sobre Deus”) se encaixa no encontro exemplar com a “alteridade estranha, inescrutável, não-negociável” de Javé como o do Sinai, p. ex. (ou, quanto a isso, na ressurreição de Jesus)? Como lida com essas formas de pensamento doloridas e irreconciliáveis? Por que deveríamos distinguir expressões gerais e não-bíblicas de preocupação última (sobre justiça, p. ex.) de palavras que têm Javé em seu centro? E ainda: onde está a linha divisória entre a ideologia “profundamente patriarcal” e aquela “inexorável qualidade elusiva” existentes dentro de uma mesma afirmação? Até que ponto as disjunções no caráter de Javé podem ser entendidas simplesmente como corolários de testemunhos diferentes oriundos de situações históricas e sociais distintas? É-nos permitido, com todo o nosso conhecimento histórico, considerar o “Israel” espiritual, hegemônico o único e bastante abstrato agente e parceiro de Israel? Não há indícios suficientes de que a religião familiar, p. ex., era e continuou sendo independente do javismo mosaico (veja Erhard S. Gerstenberger, *Yahweh the Patriarch*)?

Erhard S. Gerstenberger